



Educação como Ponte Estratégica Brasil - África

Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe

**Eixos Estruturantes para a Construção
de um Programa de Cooperação Educacional**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Assessoria Internacional

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 8º Andar

CEP: 70047-900 Brasília - DF - Brasil

Telefone: +55 61 2022-7878

e-mail: ai@mec.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 05

EIXOS ESTRUTURANTES

1 - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 07

1.1 Alfabetização na Idade Certa

1.2 Educação de Jovens e Adultos

1.3 Educação Digital

2 - GESTÃO EDUCACIONAL 09

2.1 Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC)

2.2 Alimentação Escolar Saudável, Adequada e Sustentável

3 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES 10

3.1 Universidade Aberta do Brasil (UAB)

3.2 Programa Amílcar Cabral de Linguagem das Letras e dos Números

3.3 Programa de formação de professores brasileiros em “História e Cultura da África”

4 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 11

4.1 Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

5 - EDUCAÇÃO SUPERIOR 12

5.1 Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)

5.2 Programa Estudante Convênio de Pós-graduação (PEC-PG)

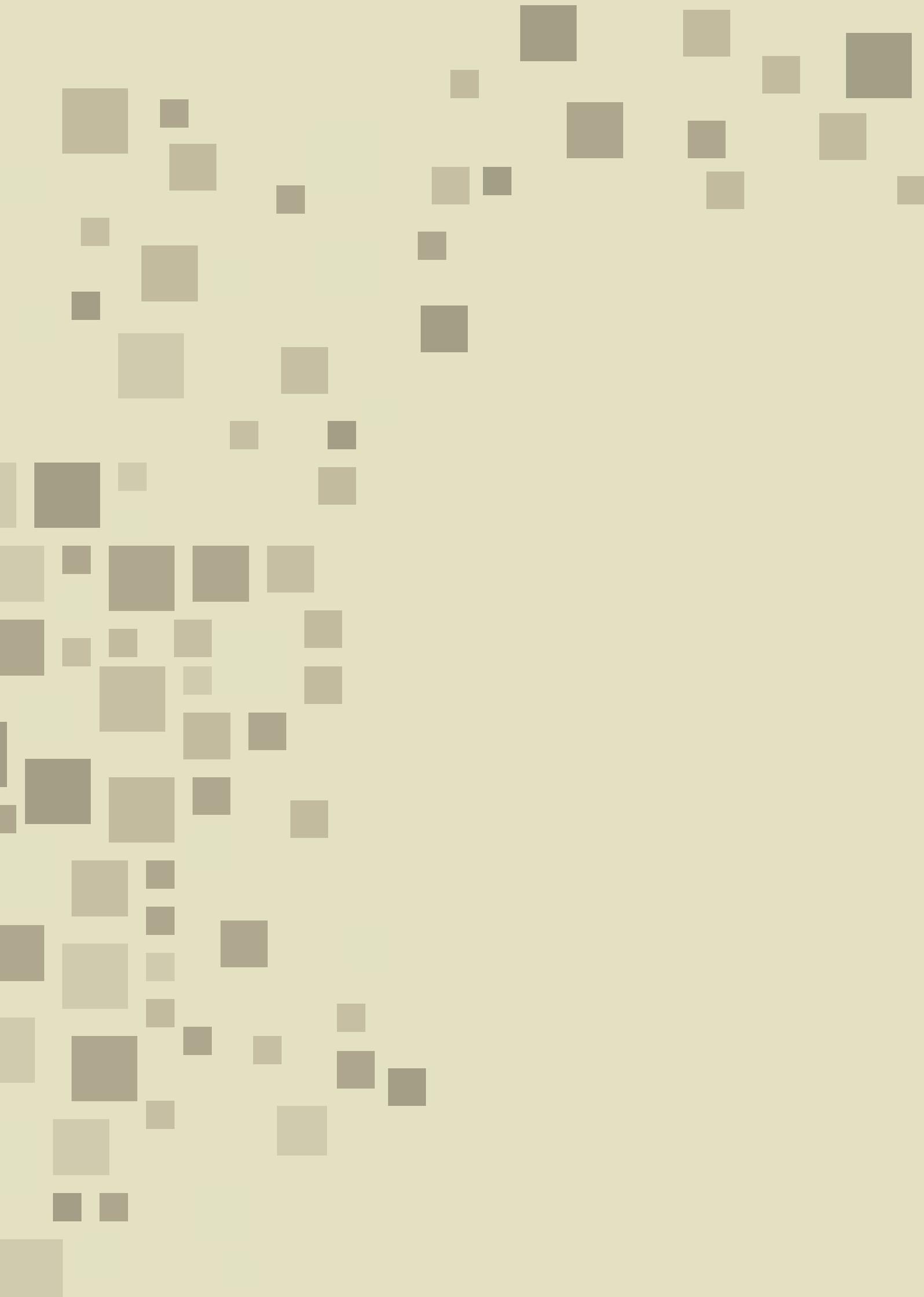
5.3 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)

5.4 Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)

5.5 Sistema de Avaliação do Ensino Superior

5.6 Programa Incentivo à Formação Científica para Estudantes Africanos (PIFC)

5.7 Programa Pró-mobilidade



APRESENTAÇÃO

O Brasil e os países do continente africano possuem diversos interesses em comum. Para além do histórico que nos unem, nossos países possuem visões de futuro que se centram na melhoria da qualidade de vida de nossas populações. A cooperação educacional pode contribuir com esse objetivo, e com o desenvolvimento social e econômico, por meio de parcerias duradouras e programas eficazes.

Em 2013, o Brasil comemora os 10 anos da criação da Lei nº 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na rede de educação básica do país. As políticas de valorização da população afrodescendente é uma das marcas da gestão governamental da última década, e incluímos, entre outras iniciativas de Ações Afirmativas, a criação de cotas de vagas para afrodescendentes nas Universidades Públicas.

Muito ainda temos a caminhar, no sentido de garantir acesso a qualidade da educação. A cooperação educacional com o continente africano, em especial com os Países de Língua Oficial Portuguesa, propicia o intercâmbio de experiências e promove a integração entre as culturas. Esta integração pode também permitir que a sociedade brasileira conheça, a partir da cooperação, aspectos sociais e culturais, e com isso possa compreender mais sobre a sua própria história e identidade. O Ministério da Educação do Brasil (MEC) vem estimulando que seus jovens e profissionais tenham a oportunidade de trocar experiências com profissionais africanos, visando compartilhar práticas exitosas e dificuldades enfrentadas na implementação de políticas educacionais.

É com essa intenção que o MEC vem propor a construção de um programa de cooperação educacional entre o Brasil e a África que pretende lançar bases sólidas para uma parceria estável no eixo do Atlântico Sul. O Programa visa, a partir de processos dialogados entre nossos dirigentes e gestores, construir uma forma inovadora de cooperar, onde o desenvolvimento e a diversidade caminham juntos, em um contexto próprio do Sul.

No campo da educação, o Brasil identifica cinco grandes eixos de trabalho com a África, que, ao longo da última década vêm sendo foco de muitas demandas de cooperação por parte dos governos de países africanos. São eles: Educação Superior, Formação de Professores, Gestão Educacional, Práticas Pedagógicas e Educação Profissional. O Brasil tem respondido às demandas, na forma de projetos de cooperação técnica, e financiamento de mobilidade acadêmica. As universidades federais brasileiras também vêm se engajando de maneira intensa no desenvolvimento de projetos acadêmicos que fortalecem a pesquisa e a inovação entre os nossos países.

A proposta aqui lançada é criar conjuntamente estrutura e coordenação, de modo a ampliar e assegurar a sustentabilidade das ações, promovendo sinergia e potencializando os esforços.

Por um lado, o programa pode fortalecer as *ações de formação*, que apoiam a criação de uma geração de profissionais africanos comprometidos com o desenvolvimento de seus países; por outro, o programa propõe estruturar linhas de ação que visam uma cooperação mais duradoura, apoiando, de acordo com os interesses e especificidades de cada país, a *formulação de políticas públicas* que possam aproveitar a experiência do Brasil nas políticas sociais e educacionais e que auxiliem gestores e técnicos angolanos, caboverdianos, guineeses, moçambicanos e são-tomenses a fortalecer as estratégias de desenvolvimento por meio de políticas criativas e de largo alcance.

Este documento apresenta uma proposta de eixos estruturantes para a construção de um programa, baseado nas ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da cooperação entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. O Objetivo é promover o debate com os parceiros, de modo a criar uma estratégia de cooperação educacional que dialogue com a multiplicidade de perspectivas, que otimize e potencialize os projetos desenvolvidos, e que contribua para o desenvolvimento de nossos países, a partir de um trabalho contínuo de parceria e integração.

EIXOS ESTRUTURANTES

1. Práticas Pedagógicas

1.1 Alfabetização na Idade Certa

Trata-se do compromisso brasileiro de alfabetizar todas as crianças em Língua Portuguesa e em Matemática e avaliações dos alunos do ciclo de alfabetização; e, no caso dos estados, oferecer apoio aos municípios que tenham aderido ao pacto para sua efetiva implementação. Todas as ações são monitoradas pelo Ministério da Educação por meio de um sistema de gerenciamento, acompanhamento e controle. É uma iniciativa estratégica para o país, sendo decisiva na diminuição das desigualdades sociais e regionais. O programa prevê investimentos de R\$ 2,7 bilhões até 2014 em capacitação, material didático e bolsas para cerca de 360 mil professores alfabetizadores.

O MEC entende que esta é uma experiência de grande impacto no sistema educativo brasileiro, e que pode ser do interesse dos parceiros africanos conhecer com mais profundidade.

1.2 Educação de jovens e adultos

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. No que tange à cooperação educacional, são realizados Cursos de Extensão (50 vagas para Guiné Bissau e 100 para Cabo Verde) e de Especialização (50 vagas para Cabo Verde e 50 para o Brasil) em Educação de Jovens e Adultos para professores, animadores e agentes de organizações da sociedade civil que atuam em Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Os cursos são ofertados a distância pelas universidades federais da Paraíba, do Pernambuco e do Rio Grande do Norte, vinculadas à Cátedra UNESCO de Jovens e Adultos.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), por sua vez, coordena o Programa ECOSS: Centro de Referência em EJA e Cooperação Sul-Sul que tem como objetivo registrar e compartilhar a trajetória da EJA, histórica e recente, nos países membros da CPLP, com ênfase nos PALOP e Timor Leste.

1.3 Educação Digital

A Educação Digital é desenvolvida pelo MEC por meio de uma série de ações, como o ProInfo, o e-ProInfo, o Portal do Professor e a TV Escola.

O Proinfo tem como objetivo central a inserção de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas escolas públicas brasileiras, visando principalmente a promover a inclusão digital dos professores e gestores escolares das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral além de dinamizar e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem, com vistas a melhoria da qualidade da educação básica.

O e-ProInfo é um Ambiente Virtual de Aprendizagem que utiliza a Tecnologia Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem. Mais informações estão disponíveis em: <http://e-proinfo.mec.gov.br>

O Portal do Professor é uma iniciativa do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem como objetivo apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica. O sítio na Internet oferece uma série de conteúdos e ferramentas desenvolvidas para auxiliar os educadores dentro e fora de sala, e pode ser acessado em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

A TV Escola é o canal da educação do Brasil. É a televisão pública do MEC destinada a professores, alunos e a todos os interessados em aprender. Tendo como principal plataforma a televisão, seus conteúdos são distribuídos também pelos portais do MEC (Portal do Professor, BIOE, e-proinfo, Portal do Estudante) e pelas ações de DVD Escola, Revista da TV Escola e Cartazes de programação. Para conhecer mais basta acessar <http://tvescola.mec.gov.br>.

2. Gestão Educacional

2.1 Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC)

O SIMEC é um portal operacional e de gestão do MEC onde os gestores e técnicos de escolas, universidades e outras unidades do sistema federal de educação inserem informações sobre o andamento das ações e da execução dos recursos públicos. Diversos países vêm apresentando interesse que o MEC compartilhe a experiência na implantação deste importante sistema de monitoramento e gestão. Por ser foco de muitas demandas, o MEC se propõe a apoiar os Ministérios interessados na construção de sistemas de monitoramento e gestão dos sistemas de ensino.

2.2 Alimentação Escolar Saudável, adequada e sustentável

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem ampla experiência na cooperação com países africanos, em especial os de língua portuguesa. Na última década, implementou, em parceria com o PMA e a FAO, diversos projetos, com base na experiência brasileira com seu Programa Nacional de Alimentação Escolar. A proposta é sistematizar a experiência, divulgar os resultados e fortalecer os Programas de Alimentação Escolar nos países.

3. Formação de professores

3.1 Universidade Aberta do Brasil (UAB)

A UAB é um programa brasileiro desenvolvido em parceria com 95 instituições de ensino superior, em 658 polos e oferece mais de 1.024 cursos.

A partir de um projeto de cooperação técnica com o Ministério de Educação de Moçambique, o Programa promove a formação de professores moçambicanos em exercício na educação básica e de técnicos administrativos do serviço público de Moçambique, na modalidade de Educação a Distância, e com o apoio de três polos presenciais. O Programa contempla quatro cursos superiores: matemática, biologia, pedagogia e administração pública. Desenvolvido por universidades brasileiras e moçambicanas e tem como meta a formação de 3.401 professores e técnicos moçambicanos entre 2010 e 2015. A experiência da UAB pode ser compartilhada com outros países interessados, com a criação de polos presenciais e a expansão da oferta de cursos e de turmas.

3.2 Programa Amílcar Cabral de Linguagem das Letras e dos Números

A CAPES/MEC oferece formação em períodos curtos e intensivos para professores de educação básica em Matemática e Português dos PALOP. Atualmente são oferecidas por ano 50 bolsas para professores de matemática e 50 para professores de português. O Projeto foi idealizado pelo Prof. Hélio Barros e, no total, foram formados 426 professores. O Programa pode ser ampliado para os demais países, com a formação de mais professores e a integração destes com professores brasileiros interessados no intercâmbio com profissionais africanos.

3.3 Programa de formação de professores brasileiros em “História e Cultura Afro-brasileira”

A formação em História e Cultura da África é uma das maiores demandas por parte dos professores de ensino básico do Brasil ao Ministério da Educação. No marco dos 10 anos da Lei nº 10.639 de 2003, o MEC vem propor uma parceria com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no desenvolvimento de cursos de especialização interuniversitários que permitam a permanência de professores brasileiros junto a instituições africanas, em estágios de curta duração, proporcionando a imersão destes profissionais no contexto cultural africano.

4. Educação Profissional

4.1 Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é desenvolvido no Brasil com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, construir, reformar e ampliar as escolas.

A proposta é implantar no Brasil o Centro de Cooperação Brasil – África em Educação Profissional e Tecnológica, com sede no Instituto Federal da Bahia, em Salvador. O Instituto possui um espaço de 10 salas de aulas e capacidade para atender 200 alunos por ano, que poderão ter aulas presenciais no Brasil. A proposta inclui ainda a intenção de que os alunos sejam formados para serem tutores presenciais e a distância em seus países de origem.

5. Educação Superior

5.1 Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)

O PEC-G é um dos programas de mobilidade mais antigos e é desenvolvido desde 1965 pelos MEC e Ministério das Relações Exteriores e se baseia na oferta de vagas em cursos de graduação. Na última década, o PEC-G selecionou 5.000 estudantes africanos para cursarem graduação completa no Brasil.

A proposta visa ampliar a oferta de bolsas dos governos do Brasil e dos países parceiros, bem como da iniciativa privada nos cursos relacionados com áreas prioritárias dos países. Fortalecer o PEC-G significa trabalhar em parcerias com países, de modo que se possa fazer um acompanhamento da trajetória dos estudantes, incluindo a integração destes em estágios em instituições governamentais e em empresas nacionais e brasileiras atuantes nos países de origem.

5.2 Programa Estudante Convênio de Pós-graduação (PEC-PG)

O Programa Estudante Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) é desenvolvido pela CAPES/MEC, e financia anualmente 210 bolsas a estudantes africanos para mestrado e doutorado que incluem a passagem aérea de retorno e uma bolsa no valor de US\$ 740 para mestrado e US\$ 1.087 para doutorado. A possibilidade é de ampliação da oferta para 500 bolsas anuais de Mestrado e Doutorado a partir do fortalecimento de programas conjuntos entre as universidades, que estimulem o interesse dos estudantes em cursarem a pós-graduação nas universidades brasileiras.

5.3 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)

A Unilab é fruto do interesse do governo brasileiro em estreitar e ampliar as relações do Brasil com os países africanos, por meio da educação. Universidade Federal implantada no município de Redenção, no nordeste brasileiro, a Unilab conta atualmente com 2.000 estudantes em 8 cursos de graduação e 2 cursos de pós-graduação. Do total de estudantes, 250 são oriundos de países africanos e do Timor Leste em cursos de graduação nas seguintes áreas: Saúde Coletiva, Desenvolvimento Rural, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Letras e Humanidades e Gestão Pública. A Unilab é um dos atores centrais da cooperação educacional brasileira com África. A proposta é fortalecer as ações de cooperação com os países africanos, com a ampliação do número de vagas para 2.500 estudantes africanos até 2016.

5.4 Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)

A RIPES é a principal estratégia da Unilab para a criação de rede entre as universidades e institutos públicos de educação superior nos países de língua oficial portuguesa, em parceria com a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). O Projeto está estruturado em cinco pilares:

- a) Estruturação de um sistema de mobilidade acadêmica (seleção, formação, acompanhamento da vida acadêmica e o retorno, com a incorporação no mundo do trabalho dos países de origem);
- b) Diagnóstico da Educação Superior nos países
- c) Fortalecimento dos Centros de Educação a Distância nas Instituições Públicas de Educação Superior parceiras;
- d) Financiamento da Rede com parcerias público-privadas
- e) Comunicação científica e social

A proposta é mobilizar as Instituições Públicas de Educação Superior dos PALOP para a participação na RIPES, como a Universidade Agostinho Neto de Angola, as Universidades Eduardo Mondlane, Universidade do Lúrio e Universidade da Zambeze de Moçambique, e a Universidade de Cabo Verde. A proposta também visa apoiar o processo de criação e fortalecimento das Universidades Públicas de São Tomé e Príncipe e da Guiné Bissau.

5.5 Sistema de Avaliação do Ensino Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, é responsável pela implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil (<http://www.inep.gov.br>), que promove a avaliação da qualidade da educação superior no país por meio de indicadores. Os resultados do Sistema de Avaliação subsidiam a realização dos processos de regulação e supervisão, conduzidos pelo MEC.

Ampliando a cooperação internacional, o INEP estabeleceu, em 2012, parceria com o Ministério de Educação Superior, Ciência e Inovação/MICT MESCI de Cabo Verde, em projeto que visa apoiar o processo de construção de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior naquele país. O INEP/MEC se dispõe a apoiar a construção de sistemas de avaliação nos demais países interessados.

5.6 Programa Incentivo à Formação Científica para Estudantes Africanos (PIFC)

O PIFC oferece atualmente 140 vagas por ano para universitários de Moçambique, Angola e Cabo Verde. Os estudantes passam períodos curtos em laboratórios das universidades federais brasileiras. As áreas de estudo são escolhidas pelos países parceiros, e estes se responsabilizam pela seleção dos estudantes.

É possível, a partir do trabalho conjunto entre os ministérios, aumentar o número de vagas para cada país, chegando a 100 vagas para Moçambique, 100 para Angola e 80 vagas para Cabo Verde e iniciar ação com São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau.

5.7 Programa Pró-mobilidade

Desenvolvido em parceria com a Associação de Universidades de Língua Portuguesa – AULP, o Programa Pró-mobilidade oferece 400 bolsas de graduação-sanduiche, mestrado e doutorado-sanduiche, estágio pós-doutoral e professor visitante. Os projetos são apresentados por instituições brasileiras em parceria com universidades filiadas a AULP. Atualmente o MEC, por meio da CAPES investe R\$2.000.000,00 por ano. Trata-se de um programa novo, que necessita um maior envolvimento das universidades para a submissão de propostas qualificadas e assim promover a sua ampliação entre os países.



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA